



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Concurso Público para provimento de cargos de
Analista - Área Administrativa

Caderno de Prova, Cargo 05, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Básicos Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1. Os mitólogos costumam chamar de imagens de mundo certas estruturas simbólicas pelas quais, em todas as épocas, as diferentes sociedades humanas fundamentaram, tanto coletiva quanto individualmente, a experiência do existir. Ao longo da história, essas constelações de idéias foram geradas quer pelas tradições étnicas, locais, de cada povo, quer pelos grandes sistemas religiosos. No Ocidente, contudo, desde os últimos três séculos uma outra prática de pensamento veio se acrescentar a estes modos tradicionais na função de elaborar as bases de nossas experiências concretas de vida: a ciência. Com efeito, a partir da revolução científica do Renascimento as ciências naturais passaram a contribuir de modo cada vez mais decisivo para a formulação das categorias que a cultura ocidental empregará para compreender a realidade e agir sobre ela.

- Mas os saberes científicos têm uma característica inescapável: os enunciados que produzem são necessariamente provisórios, estão sempre sujeitos à superação e à renovação. Outros exercícios do espírito humano, como a cogitação filosófica, a inspiração poética ou a exaltação mística poderão talvez aspirar a pronunciar verdades últimas; as ciências só podem pretender formular verdades transitórias, sempre inacabadas. Ernesto Sábató assinala com precisão que todas as vezes que se pretendeu elevar um enunciado científico à condição de dogma, de verdade final e cabal, um pouco mais à frente a própria continuidade da aplicação do método científico invariavelmente acabou por demonstrar que tal dogma não passava senão... de um equívoco. Não há exemplo melhor deste tipo de superstição que o estatuto da noção de raça no nazismo.

(Luiz Alberto Oliveira. "Valores deslizantes: esboço de um ensaio sobre técnica e poder", In **O avesso da liberdade**. Adauto Novaes (Org). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 191)

1. No primeiro parágrafo, o autor
- (A) fornece uma descrição objetiva do modo como, ao longo da história, germinam e se desenvolvem as *imagens do mundo*, expressão emprestada aos mitólogos.
 - (B) ratifica a idéia, construída ao longo da trajetória humana, de que o pensamento científico é a via mais eficaz para o conhecimento da realidade.
 - (C) atribui a idiosincrasias culturais as distintas representações daquilo que legitimaria as práticas humanas.
 - (D) defende que as sociedades humanas, apoiadas na religião ou em mitos variados, constroem imagens para autenticar a experiência individual perante a coletiva.
 - (E) expressa sua compreensão de que, fora do âmbito racional, não há base sólida que fundamente a vida dos seres humanos.

2. Ainda sobre o primeiro parágrafo, é correto afirmar :
- (A) O emprego da conjunção *contudo* (linha 8) evidencia que o autor considera os modos tradicionais de conceber o mundo incompatíveis com a ciência, que os substitui.
 - (B) Contém, implicitamente, a idéia de que a capacidade cognitiva é conquista do mundo ocidental, principalmente nos últimos trezentos anos.
 - (C) O emprego da expressão *Com efeito* (linhas 11 e 12) colabora para a consolidação da idéia de que a observação dos fenômenos naturais foi conquista do Renascimento.
 - (D) Sustenta a idéia de que, a partir do Renascimento, as ciências desenvolveram normas práticas para a conduta humana, com respeito a valores na esfera individual ou coletiva.
 - (E) A forma verbal *empregará* (linha 15) evidencia que o autor dá como fato consumado o prestígio da ciência, do Renascimento em diante, na constituição do modo ocidental de pensar e agir.

3. No parágrafo 2,
- (A) a conjunção *Mas* (linha 17) foi empregada não para eliminar o que foi dito anteriormente, e, sim, para introduzir uma contrapartida do objeto, fruto de distinta perspectiva de análise.
 - (B) constrói-se uma relativização das conquistas da ciência, sustentada na crítica de que ela se vale de procedimentos pouco objetivos na busca da verdade.
 - (C) constata-se o caráter incontrolável das experiências científicas, implicitamente atribuído às condições de descontinuidade em que se realizam.
 - (D) a expressão *necessariamente provisórios* (linhas 18 e 19) compõe uma advertência, dirigida a filósofos, poetas e místicos, que desconsideraram a objetividade na produção do saber.
 - (E) incentiva-se a luta do ser para a constante superação de suas fragilidades pessoais, advindas de sua humana condição e permanente sujeição ao erro.

4. É correto afirmar:
- (A) Infere-se do texto que os distintos discursos – religioso, filosófico, artístico, científico –, quando formalizam, cada um a seu modo, os dogmas da humanidade, na verdade estão conscientemente burlando o espírito que orienta cada específica prática.
 - (B) O texto demonstra que superstições surgem nos mais diversos campos do conhecimento, e são elas que, através do tempo, configuram o estatuto do humano.
 - (C) O texto esclarece que é uma pretensão imprópria aspirar a conquistas que, duradouras, podem acabar por se constituir em meros passos de um trajeto insuperável.
 - (D) Seria coerente com as idéias expressas no texto o seguinte comentário, suscitado pelo exemplo dado: "O nazismo, por mais assustador que seja o fato, não foi isento de racionalidade".
 - (E) No texto exprime-se o entendimento de que é comum a várias práticas de pensamento, excluindo-se o mítico, defender que o espírito humano é capaz de atingir o saber pleno.

5. É correto afirmar que

- (A) a conjunção *quer*, repetida (linhas 6 e 7), estabelece uma comparação entre os termos aproximados, indicando a superioridade de um sobre o outro.
- (B) a forma verbal *têm* (linha 17) está em conformidade com as normas gramaticais, assim como a forma verbal destacada em “Embora eles não lhe dêm razão, ela sabe que está certa”.
- (C) o emprego do sinal gráfico indicativo da crase está correto em *sujeitos à superação* (linha 19), assim como está em “Chegaram à propor um acordo, mas não foram ouvidos”.
- (D) a transposição da frase *essas constelações de idéias foram geradas quer pelas tradições étnicas (...) quer pelos grandes sistemas religiosos* (linhas 5 a 7) para a voz ativa gera a forma verbal “costumam gerar”.
- (E) o emprego de *melhor*, em *Não há exemplo melhor* (linha 30), está em conformidade com as normas gramaticais, assim como o do segmento assinalado em “Foram os exemplos mais bem escolhidos”.

6. *Ernesto Sábato assinala com precisão que todas as vezes que se pretendeu elevar um enunciado científico à condição de dogma, de verdade final e cabal, um pouco mais à frente a própria continuidade da aplicação do método científico invariavelmente acabou por demonstrar que tal dogma não passava senão... de um equívoco.*

O adequado entendimento daquilo que assinala Ernesto Sábato está expresso, de forma clara e correta, em:

- (A) É perfeito o entendimento de dogma como verdade acabada, mas tem um desvio quando a ciência prova que o enunciado está ultrapassado, anulando o dogma equivocadamente, o que ocorreu em todas as vezes.
- (B) Sempre que se tentou eternizar uma formulação científica, a ciência, ela mesma, desautorizou a pretensão, quando, por seus próprios instrumentos, desvelou a imperfeição daquele saber.
- (C) Verdades finais e acabadas, verdadeiros dogmas, sempre existiram, mas, sendo do universo científico, a própria ciência se incumbiu de dar continuidade, tornando obsoleto o método.
- (D) Muitas vezes houve tentativa de construir dogmas, mas se revelou impossível, porque a ciência, desenvolvendo, provou mais para frente que o enunciado científico não tinha fundamento real.
- (E) É freqüente ver o que a continuidade faz, pois a ciência, responsável pelo método, mostra o erro dos dogmas que, antes precisos, acabam invariavelmente provocando equívocos, como universalmente demonstrado.

Atenção: As questões de números 7 a 15 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1. Os vadios eram um grupo infrator caracterizado, antes de mais nada, por sua forma de vida. Era o fato de não fazerem nada, ou de nada fazerem de forma sistemática, que os tornava suspeitos ante a parte bem organizada da sociedade. Por não terem laços – a família, domicílio certo, vínculo empregatício –, constituíam um grupo fluido e indistinto, difícil de controlar e até mesmo de enquadrar. Passados os primeiros tempos dos descobertos auríferos, quando, como disse o jesuíta Antonil, os arraiais foram “móveis como os filhos de Israel no deserto”, a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada. Em 1766 surge contra os vadios das Minas a primeira investida oficial de que se tem notícia: uma carta régia dirigida em 22 de julho ao governador Luís Diogo Lobo da Silva, e incisiva na condenação da itinerância de vadios e da forma peculiar de vida que escolhiam. Tais homens, dizia o documento, vivem separados do convívio da sociedade civil, enfiados nos sertões, em domicílios volantes, ou seja, sem residência fixa. Isto não podia ser tolerado, e deveriam passar a viver em povoações que tivessem mais de cinquenta casas e o aparelho administrativo de praxe nas vilas coloniais: juiz ordinário, vereadores etc. Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem, e os que assim não procedessem seriam presos e tratados como salteadores de caminhos e inimigos comuns.

(Laura de Mello e Souza. “Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII”, In **Tempo e história**, org. Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 358-359)

7. No texto, o autor

- (A) põe em foco um determinado estrato social, particularizando uma tentativa de disciplinamento oficial.
- (B) desenvolve considerações minuciosas a respeito do tema central de seu discurso: a carta de Luís Diogo Lobo da Silva.
- (C) narra um específico episódio ocorrido em Minas, tomado como exemplo do que se pode esperar da ação de grupo de infratores.
- (D) lança hipóteses sobre as causas de um determinado comportamento social, depois de caracterizá-lo a partir da teoria de pesquisadores, religiosos ou não.
- (E) toma os dados de pesquisa histórica como apoio para expressar e justificar o seu próprio juízo de valor acerca de infratores.

<p>8. Considere as afirmações que seguem sobre a organização do texto.</p> <p>I. No processo de argumentação, o autor valeu-se de testemunho autorizado.</p> <p>II. A fala do jesuíta constitui argumento para a consolidação da idéia de que <i>a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada</i>.</p> <p>III. A data de 1766 foi citada como comprovação explícita de que o rei era realmente signatário da carta.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) II e III.</p>	<p>12. Considerando as linhas 8 a 16, é correto afirmar:</p> <p>(A) Em <i>como disse o jesuíta</i>, como equivale a “mediante”.</p> <p>(B) Em <i>“móveis como os filhos de Israel no deserto”</i>, as aspas indicam que a frase deve ser entendida em sentido figurado.</p> <p>(C) O emprego da palavra <i>arraiais</i> contribui para a produção do sentido de “morada provisional” tratado no fragmento.</p> <p>(D) No segmento <i>a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada</i>, a expressão <i>passou a ser</i> é a que exprime a idéia de progressão.</p> <p>(E) Os dois-pontos introduzem uma citação.</p>
<p>9. Observado o contexto, está corretamente entendida a seguinte expressão do texto:</p> <p>(A) <i>nada fazerem de forma sistemática</i> – nada produzirem de modo tecnicamente plausível.</p> <p>(B) <i>um grupo fluido e indistinto</i> – um conglomerado espontâneo e informal.</p> <p>(C) <i>difícil de controlar e até mesmo de enquadrar</i> – não passível de organizar e mesmo dominar.</p> <p>(D) <i>Passados os primeiros tempos dos descobertos auríferos</i> – esgotadas as primeiras jazidas de ouro.</p> <p>(E) <i>forma peculiar de vida que escolhiam</i> – singular maneira que se concediam de estar no mundo.</p>	<p>13. <i>Tais homens, dizia o documento, vivem separados do convívio da sociedade civil, enfiados nos sertões, em domicílios volantes, ou seja, sem residência fixa. Isto não podia ser tolerado, e deveriam passar a viver em povoações que tivessem mais de cinqüenta casas e o aparelho administrativo de praxe nas vilas coloniais: juiz ordinário, vereadores etc.</i></p> <p>Observado o contexto, é correto afirmar que, no fragmento acima,</p> <p>(A) a expressão <i>sociedade civil</i> equivale a “conjunto de todos os membros que constituem o tecido social, unidos em torno de idéias, pactos e acordos, sem hegemonia nem exclusão de nenhum grupo”.</p> <p>(B) a voz do autor mistura-se à voz do remetente da carta, como o comprova o emprego, respectivamente, das formas verbais <i>podia</i> e <i>vivem</i>.</p> <p>(C) a expressão <i>ou seja</i> introduz uma explicação, obrigatória para a compreensão do documento, visto que <i>domicílios volantes</i> constitui uma incompatibilidade em termos, sem possibilidade de conciliação.</p> <p>(D) o emprego da expressão <i>de praxe</i> evidencia que, na carta, buscava-se neutralizar qualquer tom que pudesse ser entendido como intimidação.</p> <p>(E) a oração <i>deveriam passar a viver em povoações</i> expressa uma suposição.</p>
<p>10. <i>Em 1766 surge contra os vadios das Minas a primeira investida oficial de que se tem notícia.</i></p> <p>Considerado o contexto, uma outra redação para o segmento destacado acima, que está correta e que não prejudica o sentido original, é:</p> <p>(A) cuja existência se conhece. (B) da qual a notícia foi dada. (C) que a notícia foi veiculada. (D) na qual se tem o registro. (E) de que a notícia chegou até nós.</p>	<p>14. <i>Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem, e os que assim não procedessem seriam presos e tratados como salteadores de caminhos e inimigos comuns.</i></p> <p>Sobre o que se tem no período acima transcrito, é correto afirmar:</p> <p>(A) A expressão <i>uma vez</i> comunica a mesma idéia que o segmento destacado exprime em “<u>Uma vez que</u> ele se curou, não precisa mais de cuidados médicos”.</p> <p>(B) O termo destacado em <i>os que assim não procedessem</i> refere-se à ação de optar por ser estabelecido.</p> <p>(C) A gramática prescreve que o vocábulo <i>adjacentes</i> seja assim separado em sílabas: “a - dja - cen - tes”.</p> <p>(D) Há um subentendido no fragmento: no século XVIII, os <i>vadios</i> recebiam tratamento diferenciado em relação a outros grupos considerados infratores.</p> <p>(E) Em <i>tratados como salteadores</i>, o termo destacado está empregado com o mesmo valor que se nota em “Como cheira bem a sua caldeirada!”.</p>
<p>11. Observadas as 8 linhas iniciais do texto, é correto afirmar:</p> <p>(A) A expressão <i>por sua forma de vida</i> constitui uma explicação.</p> <p>(B) No segmento <i>Era o fato de não fazerem nada, ou de nada fazerem de forma sistemática</i>, a conjunção <i>ou</i> introduz uma retificação do que se afirmou anteriormente.</p> <p>(C) Em <i>que os tornava suspeitos</i>, o deslocamento do pronome destacado para depois do verbo atenderia ao que a gramática aconselha como preferência.</p> <p>(D) A preposição <i>ante</i> equivale a “versus”.</p> <p>(E) Como em <i>fluido</i>, a grafia do participio do verbo “imbuir” não admite o acento, estando, portanto, correta a forma “imbuído”.</p>	

<p>15. <i>Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem.</i></p> <p>Uma outra redação para o segmento destacado acima, que, clara e correta, não prejudica o sentido original é:</p> <p>(A) sendo-lhes divididas as terras pertencentes ao povoado, poderiam cultivá-las.</p> <p>(B) com o objetivo de que tornassem produtivas, receberiam, entre eles, as terras próximo à vila.</p> <p>(C) eles seriam aquinhoados com áreas contíguas à vila, a fim de que as lavrassem.</p> <p>(D) compartilhariam entre si glebas em anexo ao povoado, de modo que beneficiassem.</p> <p>(E) salvo se lavrassem, receberiam por distribuição áreas incorporadas ao povoado.</p>	<p>18. A frase em que a forma destacada está apropriada às normas gramaticais é:</p> <p>(A) Congregou-<u>os</u> o mesmo sincero desejo de fazer algo relevante pela comunidade.</p> <p>(B) Quem disse que ele <u>constroe</u> toda essa argumentação sem apoio de advogados?</p> <p>(C) Isso não é pertinente <u>com</u> os fins a que você visa com seu projeto.</p> <p>(D) Eles enganam-se a si próprios, persuadidos <u>que</u> tudo está sendo feito em busca da paz.</p> <p>(E) Espero que ele <u>medie</u> a reunião com a isenção de espírito de que todos necessitamos.</p>
<p>16. A frase que está totalmente de acordo com o padrão culto é:</p> <p>(A) Vossa Senhoria, senhor Ministro, poderéis me receber amanhã em audiência, para que lhe entregue pessoalmente meu projeto?</p> <p>(B) Ele é ambidestro, sabe até desenhar com ambas mãos, mas jamais quiz colocar sua habilidade em evidência.</p> <p>(C) Queria sair com nós três, não sei bem por quê; talvez haja assuntos sobre os quais ela queira nos colocar a par.</p> <p>(D) Essas pinturas são consideradas as maiores obras-de-artes do período, mas nada tem haver com a temática que você quer estudar.</p> <p>(E) Ela vivia dizendo “Eu mesmo desenho meu futuro”, mas essa era uma forma dela ocultar sua relação mau resolvida com os pais.</p>	<p>19. A frase que está corretamente redigida é:</p> <p>(A) Naquele ambiente taciturno, é como se, a cada passo, descobrimos uma possibilidade longínqua de sair ilesos.</p> <p>(B) Acompanhei os noticiários, e, pelo o que está se vendo, muitos não chegarão onde desejam no horário previsto.</p> <p>(C) Aquele era o hotel onde costumava freqüentar durante o período que não conhecia problemas financeiros.</p> <p>(D) Os detalhes eram tão minuciosamente apresentados, que o leitor chega ter acesso até a informação de qual das mãos segurava a taça de champanhe.</p> <p>(E) A maneira como os bilhetes foram escritos não deixará dúvidas acerca do que deve ser feito, sob a responsabilidade seja de quem for.</p>
<p>17. A frase que está pontuada de acordo com os preceitos da gramática é:</p> <p>(A) Mas é preciso ver nos textos, como o autor apresenta a relação de conciliação essencial entre a consciência cristã; e as práticas de eficácia temporal.</p> <p>(B) Pois bem: se ele não os induziu a responderem, o que desejava que fosse respondido; o que é que ele fez?</p> <p>(C) Basta então, que se conheçam as normas de organização social do período para que sejam compreendidas, em suas minúcias os atritos delas decorrentes.</p> <p>(D) As histórias relatadas nos seus romances iniciais – que se distinguem, sensivelmente, dos relatos mais recentes – são, na sua maioria, fruto da influência da cultura irlandesa.</p> <p>(E) A ação deles é, portanto, embora pouco divulgada, digna de reconhecimento, dos que os apoiaram nas mais diversas, circunstâncias.</p>	<p>20. A concordância está totalmente de acordo com a norma padrão da língua em:</p> <p>(A) Acredito que as orientações dele, porque parecem pouco claro, não terão de serem seguidas antes de um esclarecimento maior.</p> <p>(B) Considerou digna de ser encaminhada a julgamento dos avaliadores a última versão do projeto-piloto, pois, se podem existir fragilidades, elas certamente hão de ser mínimas.</p> <p>(C) Elas se consideraram responsável pelo erro e julgaram legítimo as cobranças que lhe serão feitas de agora em diante.</p> <p>(D) Dado as contingências do momento, os diretores houveram por bem atender aos prazos, e prometeram reavaliar, tanto quanto fossem, as demais exigências do contrato.</p> <p>(E) Devem fazer mais de três meses que não os vejo; tantos dias de afastamento poderia ser entendido como descaso, mas quero dizer que lhes dedico muito afeto.</p>

Instruções: Para responder às questões de números 21 a 25 considere as informações abaixo.

OBJETIVO:

O Ministério Público do Governo Federal de um país deseja modernizar seu ambiente tecnológico de informática. Para tanto irá adquirir equipamentos de computação eletrônica avançados e redefinir seus sistemas de computação a fim de agilizar seus processos internos e também melhorar seu relacionamento com a sociedade.

REQUISITOS PARA ATENDER AO OBJETIVO:

(Antes de responder às questões, analise cuidadosamente os requisitos a seguir, considerando que estas especificações podem ser adequadas ou não).

§1º – Cadastros recebidos por intermédio de anexos de mensagens eletrônicas deverão ser gravados em arquivos locais e identificados por ordem de assunto, data de recebimento e emitente, para facilitar sua localização nos computadores.

§2º – Todos os documentos eletrônicos oficiais deverão ser identificados com o timbre federal do Ministério que será capturado de um documento em papel e convertido para imagem digital.

§3º – A intranet será usada para acesso de toda a sociedade aos dados ministeriais e às pesquisas por palavra-chave, bem como os diálogos eletrônicos serão feitos por ferramentas de chat.

§4º – Os documentos elaborados (digitados) no computador (textos) não podem conter erros de sintaxe ou ortográficos.

§5º – Todas as planilhas eletrônicas produzidas deverão ter as colunas de valores totalizadas de duas formas: total da coluna (somatório) e total acumulado linha a linha, quando o último valor acumulado deverá corresponder ao somatório da coluna que acumular. Exemplo:

.....	A	B
1	do mês	acumulado
2	3	3
3	18	21
4	4	25
5	2	27
6	27	

21. Considere os seguintes dispositivos:

- I. impressora multifuncional;
- II. pen drive;
- III. scanner;
- IV. impressora a laser.

Em relação à captura referenciada nos requisitos especificados no §2º, é INCORRETO o uso do que consta SOMENTE em

- (A) II.
- (B) IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, III e IV.

22. Para atender aos requisitos especificados no §1º é preciso saber usar ferramentas de

- (A) e-mail e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas e Arquivos dentro de Pastas.
- (B) chat e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas e Arquivos dentro de Arquivos.
- (C) browser e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas, mas não Arquivos dentro de Pastas.
- (D) e-mail e que é possível organizar Pastas dentro de Arquivos e Arquivos dentro de Pastas.
- (E) busca e que é possível organizar Arquivos dentro de Pastas, mas não Pastas dentro de Pastas.

23. Considere os Quadros 1 e 2 abaixo e os requisitos especificados no §3º.

Quadro 1	
I	II
adequado	inadequado

Quadro 2		
a	b	c
intranet	pesquisa por palavra chave	chat

Quanto ao uso das especificações dos requisitos, a relação apresentada nos quadros é correta entre

- (A) I-a – I-b – II-c.
- (B) I-a – II-b – I-c.
- (C) II-a – I-b – II-c.
- (D) II-a – II-b – II-c.
- (E) II-a – II-b – I-c.

24. Considere os dados da planilha eletrônica exemplificada no §5º. Está correta a fórmula inserida em B3 e pronta para ser propagada para B4 e B5 se for igual a

- (A) =B3+A2.
- (B) =B\$2+A3.
- (C) =B2+A3.
- (D) =B2+A2.
- (E) =B2+A\$3.

25. Considerando o ambiente Microsoft, o requisito especificado no §4º quer dizer ao funcionário que, para auxiliá-lo na tarefa de verificação e correção, ele deve

- (A) usar a configuração de página do editor de textos.
- (B) acionar uma função específica do editor de textos.
- (C) usar a ferramenta de edição do organizador de arquivos.
- (D) usar a correção ortográfica do organizador de arquivos.
- (E) acionar a formatação de página do editor de textos.

<p>26. O Procurador da República que ingressou no Ministério Público Federal no ano de 2002 poderá</p> <p>(A) exercer cargo ou função de direção nas entidades de ensino público.</p> <p>(B) receber custas processuais nas ações civis públicas.</p> <p>(C) exercer cumulativamente o cargo de Secretário de Estado.</p> <p>(D) participar de conselhos, comissões ou organismos estatais.</p> <p>(E) participar de sociedade comercial como quotista ou acionista.</p>	<p>29. De acordo com o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que</p> <p>(A) o ato de improbidade administrativa que importe em enriquecimento ilícito pressupõe, necessariamente, a comprovação de efetivo dano econômico ao erário público.</p> <p>(B) o agente público que dolosamente auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo responde de forma objetiva por ato de improbidade administrativa.</p>
<p>27. Nos termos da Lei Complementar nº 75/93, e com relação aos órgãos do Ministério Público Federal, observe as seguintes afirmações:</p> <p>I. O Colégio de Procuradores da República, presidido pelo Procurador-Geral da República, é integrado por todos os membros da carreira em atividade do Ministério Público Federal.</p> <p>II. O Corregedor-Geral será nomeado pelo Procurador-Geral da República, dentre os Subprocuradores-Gerais da República integrantes de lista triplíce elaborada pelo Conselho Superior, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p> <p>III. O Conselho Superior do Ministério Público Federal, órgão de execução do Ministério Público Federal, será presidido pelo Subprocurador-Geral da República mais antigo.</p> <p>IV. Os Subprocuradores-Gerais da República atuarão junto ao Supremo Tribunal Federal por delegação do Procurador-Geral da República.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>	<p>(C) é irrelevante a aprovação das contas pelo Tribunal de Contas para a caracterização do ato de improbidade administrativa.</p> <p>(D) o funcionário público que, conduzindo veículo oficial, em atividade oficial, por imprudência, acabe gerando uma colisão com um particular, responde por ato de improbidade lesivo ao patrimônio público.</p> <p>(E) há a necessidade da ocorrência de qualquer vantagem por parte do agente que dolosamente gerar prejuízo concreto ao erário público.</p> <p>30. Quanto à posse e ao exercício do cargo do servidor público civil da União, é correto que:</p> <p>(A) Ao tomar posse, em cargo de provimento efetivo ou em comissão, ficará sujeito a estágio probatório pelo prazo de 12 (doze) meses, computando-se eventual período de afastamento por motivo de doença.</p> <p>(B) Empossado em cargo público, deverá entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias, contados da nomeação.</p>
<p>28. Segundo o disposto na Lei nº 9.784/99, a decisão administrativa ilegal poderá ser impugnada por meio de recurso que</p> <p>(A) deverá ser interposto, salvo disposição legal em contrário, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.</p> <p>(B) será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, o encaminhará à autoridade superior.</p> <p>(C) deverá ser decidido no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.</p> <p>(D) terá, como regra, efeito suspensivo e dependerá de caução em dinheiro.</p> <p>(E) tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.</p>	<p>(C) A posse ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias contados do ato que o julgou apto física e mentalmente para o exercício do cargo.</p> <p>(D) O prazo para entrar em exercício é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da posse, no caso de função de confiança.</p> <p>(E) O servidor que deva ter exercício em outro Município, em razão de ter sido removido terá, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 30 (trinta) dias de prazo contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.</p>

<p style="text-align: center;">CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</p> <p style="text-align: center;">DIREITO CONSTITUCIONAL</p>	<p>35. Sobre a competência e atribuições dos juizes federais, considere:</p> <p>I. Aos juizes federais compete processar e julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.</p> <p>II. Aos juizes federais compete processar e julgar os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.</p> <p>III. Serão sempre processadas e julgadas na sede do Juízo Federal mais próximo do domicílio dos segurados ou beneficiários as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado.</p> <p>IV. Aos juizes federais compete processar e julgar os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro.</p> <p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>31. Conforme a doutrina dominante, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é classificada como</p> <p>(A) formal, escrita, outorgada e rígida.</p> <p>(B) formal, escrita, promulgada e rígida.</p> <p>(C) material, escrita, promulgada e imutável.</p> <p>(D) formal, escrita, promulgada e flexível.</p> <p>(E) material, escrita, outorgada e semi-rígida.</p>	
<p>32. No que concerne ao Supremo Tribunal Federal, observe que</p> <p>(A) poderá aprovar, apenas mediante provocação, súmula que terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, em todas as esferas.</p> <p>(B) seus Ministros são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.</p> <p>(C) compete-lhe processar e julgar, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de <i>exequatur</i> às cartas rogatórias.</p> <p>(D) compete-lhe julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais, quando denegatória a decisão.</p> <p>(E) é composto por onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.</p>	<p>36. É privativo de brasileiro nato o cargo de</p> <p>(A) Senador.</p> <p>(B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(C) Presidente da Câmara dos Deputados.</p> <p>(D) Governador de Estado.</p> <p>(E) Presidente dos Tribunais Regionais Federais.</p>
<p>33. Um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é</p> <p>(A) o pluralismo político.</p> <p>(B) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.</p> <p>(C) a garantia do desenvolvimento nacional.</p> <p>(D) a erradicação da pobreza e da marginalidade.</p> <p>(E) a defesa da paz.</p> <p>34. Entre outras, é competência privativa do Presidente da República</p> <p>(A) sancionar, promulgar e fazer publicar as emendas constitucionais.</p> <p>(B) dispor, mediante resolução e decreto legislativo, sobre extinção de funções e cargos públicos, respectivamente, quando vagos.</p> <p>(C) celebrar a paz, independentemente de autorização ou de referendo do Congresso Nacional.</p> <p>(D) prover cargos públicos federais, na forma da lei, podendo delegar tal atribuição também ao Advogado Geral da União.</p> <p>(E) declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado ou referendado pelo Senado Federal.</p>	<p>37. No que concerne às funções essenciais à Justiça, é certo que</p> <p>(A) o Conselho Nacional do Ministério Público é composto por representantes do Ministério Público, por juizes e por advogados, exclusivamente.</p> <p>(B) são princípios institucionais do Ministério Público a divisibilidade, a independência funcional e a autonomia financeira.</p> <p>(C) o Ministério Público da União é composto pelo Ministério Público Federal, Militar e do Trabalho, excluído o dos Estados membros e do Distrito Federal.</p> <p>(D) à Advocacia-Geral da União cabem as atividades de consultoria e assessoramento jurídico dos Poderes Executivo e Legislativo.</p> <p>(E) na execução da dívida ativa de natureza tributária a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.</p>

DIREITO ADMINISTRATIVO

38. Em tema de Administração Pública é INCORRETO afirmar:

- (A) Na Federação Brasileira, as entidades estatais são técnica e unicamente a União, os Estados-membros e os Municípios.
- (B) O Estado é constituído de três elementos originários e indissociáveis – Povo, Território e Governo soberano.
- (C) A organização do Estado é matéria constitucional no que concerne à divisão política do território nacional, à estruturação dos Poderes, à forma de Governo, ao modo de investidura dos governantes, aos direitos e às garantias dos governados.
- (D) Cada órgão público, como centro de competência governamental ou administrativa, tem necessariamente funções, cargos e agentes, mas é distinto desses elementos, que podem ser modificados, substituídos ou retirados sem supressão da unidade orgânica.
- (E) Agentes administrativos são todos aqueles que se vinculam ao Estado ou às suas entidades autárquicas e fundacionais por relações profissionais, sujeitos à hierarquia funcional e ao regime jurídico determinado pela entidade estatal a que servem.

39. Tendo em vista a matéria administrativa, é correto afirmar:

- (A) Ato de império é todo aquele que ordena a conduta interna da Administração e de seus servidores, ou cria direitos e obrigações entre ela e os administrados, tais como as autorizações, permissões e os contratos em geral.
- (B) É legal a realização de atos de império ou gestão por agente simplesmente designado para “responder pelo expediente”, na vaga ou ausência temporária do titular.
- (C) Pelo princípio da indisponibilidade do interesse público, a Administração Pública não pode dispor do interesse geral nem renunciar a poderes que a lei lhe deu para tal tutela, uma vez que o titular de tal interesse é o Estado.
- (D) Na Administração Pública há liberdade de vontade pessoal do agente político encarregado da gestão, enquanto na administração particular só é lícito ao particular fazer o que a lei autoriza.
- (E) A publicidade do ato administrativo não é requisito de sua eficácia ou moralidade, mas se constitui elemento formativo do próprio ato, que só produz efeitos jurídicos através da divulgação no órgão oficial ou pela imprensa particular.

40. Considere as assertivas relacionadas aos Poderes Administrativos:

- I. A punição decorrente do poder disciplinar e a resultante da Justiça criminal têm fundamentos idênticos quanto à natureza e à substância das penas, diferenciando-se apenas quanto ao seu grau.
- II. Poder vinculado ou regrado é aquele que a lei confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização.
- III. A discricionariedade é sempre relativa e parcial, porque, quanto à competência, à forma e à finalidade do ato, a autoridade está subordinada ao que a lei dispõe, como para qualquer ato vinculado.
- IV. O poder regulamentar é a faculdade de que dispõem os agentes públicos em geral para avocar funções atribuídas a subordinados ou rever atos, invalidando-os de ofício, podendo ser delegado a qualquer subordinado.
- V. O poder hierárquico do agente público não retira a capacidade de apreciação da conveniência e da oportunidade das determinações legais pelos subordinados, ainda que exerçam atribuições meramente administrativas.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e V.
- (D) II e III.
- (E) III, IV e V.

41. No que tange aos atos administrativos, analise:

- I. A licença e a autorização são espécies de atos administrativos discricionários.
- II. A imperatividade é o atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- III. Os atos complexos são os que resultam da manifestação de dois ou mais órgãos, cuja vontade se funde para formar um ato único.
- IV. Dentre os requisitos do ato administrativo, a competência é inderrogável e decorre sempre da lei.

É correto o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e II.

<p>42. No que se refere à licitação, observa-se que ela será inexistente no caso de</p> <p>(A) aquisição de bens destinados exclusivamente à investigação científica e tecnológica, com recursos concedidos por instituições oficiais de fomento à pesquisa.</p> <p>(B) impossibilidade jurídica de competição entre contratantes, quer pela natureza específica do negócio, quer pelos objetivos sociais visados pela administração.</p> <p>(C) contratação de instituição brasileira de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional, ou dedicada à recuperação social do preso.</p> <p>(D) aquisição de componentes, ou peças, necessários à manutenção de equipamentos, durante o período de garantia técnica.</p> <p>(E) serviços prestados por associações de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, desde que os preços sejam compatíveis com o mercado.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO PENAL</p> <p>45. A respeito da aplicação da lei penal quanto ao tempo, considera-se praticado o crime no momento</p> <p>(A) da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.</p> <p>(B) em que o agente der início aos atos preparatórios, ainda que não tenha ocorrido ação ou omissão.</p> <p>(C) em que ocorrer o resultado, ainda que seja outro o momento da ação ou omissão.</p> <p>(D) do exaurimento da conduta delituosa, ainda que seja outro o momento da ação ou omissão.</p> <p>(E) em que o agente concluir os atos preparatórios, ainda que não tenha ocorrido ação ou omissão.</p>
<p>43. A respeito do procedimento licitatório, considere:</p> <p>I. O pedido de impugnação de edital de licitação deve ser protocolado até 15 dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.</p> <p>II. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.</p> <p>III. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.</p> <p>IV. Decairá do direito de impugnar o edital de licitação o licitante que não o fizer até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>46. A respeito da aplicação da lei penal, no que concerne à contagem dos prazos, de acordo com o Código Penal, é correto afirmar que</p> <p>(A) o dia do começo não se inclui no cômputo do prazo, mas inclui-se fração deste.</p> <p>(B) o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo, mas não se inclui fração deste.</p> <p>(C) o dia do começo ou fração deste não se inclui no cômputo do prazo.</p> <p>(D) o dia do começo ou fração deste inclui-se no cômputo do prazo.</p> <p>(E) os prazos em meses são contados pelo número real de dias e não pelo calendário comum.</p>
<p>44. O ajuste celebrado entre entes federados, precedido de protocolo de intenções e aprovação legislativa, no qual delegam a gestão associada de serviços públicos e a realização de objetivos de interesse comuns, de conformidade com as normas legais, as cláusulas do protocolo e as do próprio contrato, inclusive as cláusulas que definem a sua personalidade jurídica, como associação pública de direito público ou como pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, é denominado</p> <p>(A) convênio público.</p> <p>(B) contrato de gestão.</p> <p>(C) contrato de gerenciamento.</p> <p>(D) concessão de serviço, de obra pública ou de uso de bem público.</p> <p>(E) consórcio público.</p>	<p>47. José instigou Pedro, agindo sobre a vontade deste, de forma a fazer nascer neste a idéia da prática do crime. João prestou auxílio a Pedro, emprestando-lhe uma arma para que pudesse executar o delito. José e João são considerados, tecnicamente,</p> <p>(A) co-autores.</p> <p>(B) autores.</p> <p>(C) partícipes.</p> <p>(D) partícipe e co-autor, respectivamente.</p> <p>(E) co-autor e partícipe, respectivamente.</p>

<p>48. A respeito do peculato doloso, é certo que</p> <p>(A) a posse do dinheiro, valor ou bem pelo funcionário público é indispensável para a caracterização dessa infração penal.</p> <p>(B) a reparação do dano, se ocorre antes do trânsito em julgado da sentença, extingue a punibilidade.</p> <p>(C) o carcereiro que se apropria de objeto do preso não pratica esse delito, por tratar-se de bem particular.</p> <p>(D) comete esse delito o policial que subtrai um tocafitas de veículo particular estacionado na via pública.</p> <p>(E) o particular, no caso de concurso de agentes, responde por esse delito se sabia que o autor era funcionário público.</p>	<p style="text-align: center;">CONTABILIDADE</p> <p>51. A venda de mercadorias com prejuízo é um exemplo de fato contábil</p> <p>(A) permutativo. (B) misto aumentativo. (C) modificativo aumentativo. (D) modificativo diminutivo. (E) misto diminutivo.</p>										
<p>49. O funcionário de cartório que aceita promessa de propina para retardar a expedição de mandado em processo sob seus cuidados comete crime de</p> <p>(A) corrupção ativa.</p> <p>(B) concussão.</p> <p>(C) prevaricação.</p> <p>(D) corrupção passiva.</p> <p>(E) peculato.</p>	<p>52. Em relação à escrituração contábil, é correto afirmar que as contas</p> <p>(A) do Ativo são debitadas quando aumentam de valor. (B) do Patrimônio Líquido são creditadas quando diminuem de valor. (C) do Passivo Exigível são estornadas quando aumentam de valor. (D) de resultado são sempre creditadas. (E) patrimoniais são sempre debitadas quando seu valor diminui.</p>										
<p>50. Considere:</p> <p>I. Dar causa à instauração de investigação policial contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.</p> <p>II. Provocar a ação da autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou contravenção que sabe não ter se verificado.</p> <p>III. Dar causa à instauração de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.</p> <p>Dentre as situações acima descritas, configura o delito de Comunicação Falsa de Crime a conduta indicada SOMENTE em</p> <p>(A) II e III. (B) II. (C) I e III. (D) I e II. (E) I.</p>	<p>53. A Cia. Comercial Fernandópolis utiliza o sistema de inventário permanente. No mês de início de suas atividades, apresentou a seguinte movimentação de mercadorias, em ordem cronológica (desconsidere a incidência de impostos):</p> <ul style="list-style-type: none"> – aquisição de 50 unidades a R\$ 40,00 cada uma; – aquisição de 100 unidades a R\$ 50,00 cada uma; – venda de 120 unidades a R\$ 40,00 cada uma. <p>O valor do estoque final de mercadorias, caso a empresa utilize o método UEPS (último que entra, primeiro que sai) será</p> <p>(A) maior do que o obtido, se a companhia utilizar o método do custo médio ponderado. (B) maior do que o obtido, se a companhia utilizar o método PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai). (C) igual a R\$ 1.500,00. (D) igual a R\$ 1.400,00. (E) menor que R\$ 1.300,00.</p> <p>54. Considere as seguintes informações relativas à Cia. Industrial Araraquara (em R\$):</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td>Receita Bruta de Vendas</td> <td style="text-align: right;">300.000,00</td> </tr> <tr> <td>Vendas Canceladas</td> <td style="text-align: right;">20.000,00</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras na aquisição de materiais diretos</td> <td style="text-align: right;">8.000,00</td> </tr> <tr> <td>Custo dos Produtos Vendidos</td> <td style="text-align: right;">110.000,00</td> </tr> <tr> <td>Impostos incidentes sobre Vendas</td> <td style="text-align: right;">30.000,00</td> </tr> </table> <p>O lucro bruto da companhia nesse exercício correspondeu, em R\$, a</p> <p>(A) 124.000,00 (B) 134.000,00 (C) 140.000,00 (D) 150.000,00 (E) 170.000,00</p>	Receita Bruta de Vendas	300.000,00	Vendas Canceladas	20.000,00	Despesas financeiras na aquisição de materiais diretos	8.000,00	Custo dos Produtos Vendidos	110.000,00	Impostos incidentes sobre Vendas	30.000,00
Receita Bruta de Vendas	300.000,00										
Vendas Canceladas	20.000,00										
Despesas financeiras na aquisição de materiais diretos	8.000,00										
Custo dos Produtos Vendidos	110.000,00										
Impostos incidentes sobre Vendas	30.000,00										

<p>55. Na determinação do lucro real da companhia, os prejuízos fiscais de períodos de apuração anteriores podem ser compensados</p> <p>(A) sem qualquer tipo de limitação.</p> <p>(B) desde que não reduzam o lucro real, antes da compensação, em mais de 30%.</p> <p>(C) em montante inferior a 50% do seu valor total, assegurado o direito a posterior compensação em períodos de apuração futuros.</p> <p>(D) em montante inferior ou igual a 30% do seu valor total.</p> <p>(E) desde que o imposto devido em virtude da compensação não seja reduzido em mais de 50%.</p>	<p>58. Dadas as seguintes informações relativas à Cia. Vinhedo (em R\$):</p> <p>– Prejuízo contábil de exercícios anteriores 120.000,00</p> <p>– Lucro líquido do exercício antes das participações380.000,00</p> <p>Sabendo que as participações dos empregados e dos administradores foram calculadas de acordo com o disposto na Lei nº 6.404/76 e que as percentagens previstas no estatuto da companhia são, respectivamente, 10% e 5% para cada uma delas, o valor da participação dos administradores foi, em R\$, de</p> <p>(A) 11.700,00</p> <p>(B) 13.000,00</p> <p>(C) 15.900,00</p> <p>(D) 17.100,00</p> <p>(E) 19.000,00</p>
<p>56. Considere as informações extraídas da Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados da Cia. Girassol:</p> <p>– Saldo credor inicial da conta 470.000,00</p> <p>– Ajuste negativo de exercícios anteriores 60.000,00</p> <p>– Dividendos distribuídos 140.000,00</p> <p>– Acréscimo da Reserva Legal 10.000,00</p> <p>– Acréscimo de Reserva de Lucros a Realizar . 50.000,00</p> <p>– Saldo credor final 410.000,00</p> <p>O único dado da demonstração que NÃO foi fornecido é o lucro líquido do exercício. Logo, ele correspondeu, em R\$, a</p> <p>(A) 140.000,00</p> <p>(B) 150.000,00</p> <p>(C) 190.000,00</p> <p>(D) 200.000,00</p> <p>(E) 210.000,00</p>	<p>59. O estatuto da Cia. Valinhos é omissivo com relação ao pagamento de dividendos. Sabe-se que:</p> <p>Lucro líquido do exercício em 2005 730.000,00</p> <p>Reserva legal-saldo em 31/12/2004118.900,00</p> <p>Capital Social da companhia em 31/12/2005 800.000,00</p> <p>Levando em conta apenas estas informações, o dividendo obrigatório a ser distribuído pela companhia, seguindo estritamente o disposto na Lei das Sociedades por Ações, corresponde, em R\$, a</p> <p>(A) 365.000,00</p> <p>(B) 346.750,00</p> <p>(C) 260.065,00</p> <p>(D) 182.500,00</p> <p>(E) 173.375,00</p>
<p>57. A variação positiva do capital circulante líquido da Cia. Roseira no exercício de 2005 foi de R\$ 120.000,00, segundo informações extraídas da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos da companhia. No Balanço Patrimonial de 31/12/2005, o valor do Passivo Circulante nessa data é inferior em R\$ 40.000,00 ao de 31/12/2004. É correto concluir que o Ativo Circulante no exercício de 2005</p> <p>(A) aumentou R\$ 160.000,00</p> <p>(B) aumentou R\$ 120.000,00</p> <p>(C) aumentou R\$ 80.000,00</p> <p>(D) diminuiu R\$ 40.000,00</p> <p>(E) diminuiu R\$ 160.000,00</p>	<p>60. De acordo com a Resolução nº 774/1994 do Conselho Federal de Contabilidade, os custos relacionados à venda, inclusive os relativos à publicidade da companhia, mesmo que institucional, devem ser classificados como despesa, em atendimento ao Princípio Contábil</p> <p>(A) da Competência.</p> <p>(B) do Registro pelo Valor Original.</p> <p>(C) da Oportunidade.</p> <p>(D) da Prudência.</p> <p>(E) da Continuidade.</p>

ORÇAMENTO PÚBLICO E FINANÇAS

61. É uma das características dos créditos especiais:
- (A) independerem de autorização legal para sua consecução.
 - (B) serem destinados a reforço de dotação orçamentária já existente.
 - (C) abertura por decreto legislativo.
 - (D) dependerem de recursos disponíveis para financiar a despesa.
 - (E) serem previstos na lei orçamentária anual.

62. A consolidação do projeto de lei orçamentária anual da União é de responsabilidade
- (A) do Ministério da Fazenda.
 - (B) da Secretaria do Tesouro Nacional.
 - (C) da Secretaria da Receita Federal.
 - (D) do Ministério da Indústria e do Comércio.
 - (E) do Ministério do Planejamento.

63. O princípio orçamentário que estabelece que todas as receitas e despesas do ente público devem compor o orçamento público é o princípio da
- (A) Não afetação.
 - (B) Unidade.
 - (C) Exclusividade.
 - (D) Especificação.
 - (E) Universalidade.

64. É característica do orçamento base-zero:
- (A) ênfase no acréscimo de gastos em relação ao orçamento anterior.
 - (B) decisões considerando as necessidades financeiras das unidades operacionais.
 - (C) justificativa, em cada ano, de todas as atividades a serem desenvolvidas.
 - (D) dissociação do conceito de planejamento e alocação de recursos.
 - (E) inexistência de mensuração dos resultados das atividades desenvolvidas.

65. É exemplo de receita de capital:
- (A) Receita de alienação de bens.
 - (B) Receita patrimonial.
 - (C) Inscrição de dívida ativa do ente público.
 - (D) Receita industrial.
 - (E) Aluguéis de imóveis públicos.

66. É exemplo de despesa corrente:
- (A) Aquisição de imóveis.
 - (B) Juros da dívida pública.
 - (C) Inversões financeiras.
 - (D) Amortização de empréstimos recebidos.
 - (E) Participação no capital de empresas.

67. As despesas orçamentárias empenhadas e não pagas até o último dia do ano financeiro são denominadas
- (A) despesas de exercícios anteriores.
 - (B) débitos de tesouraria.
 - (C) resíduos ativos.
 - (D) restos a pagar.
 - (E) despesas não processadas.

68. A modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, é denominada
- (A) concorrência.
 - (B) tomada de preços.
 - (C) leilão.
 - (D) concurso.
 - (E) convite.

69. A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal - LRF) estabeleceu limites para as despesas de pessoal dos entes públicos com base em percentuais definidos sobre a receita corrente líquida. Para a União esse percentual é de
- (A) 50,0%
 - (B) 55,0%
 - (C) 57,5%
 - (D) 60,0%
 - (E) 65,0%

70. A Lei da Responsabilidade Fiscal, em seu art. 31, estabelece que, se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três quadrimestres subseqüentes. Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido poderá
- (A) realizar operações de crédito somente por antecipação de receita.
 - (B) receber transferências voluntárias de outros entes públicos.
 - (C) promover a limitação dos empenhos.
 - (D) deixar de refinanciar o principal atualizado da dívida mobiliária.
 - (E) realizar operações de crédito externas.